

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profª. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profª. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profª. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profª. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profª. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

**Revista Eletrônica de Direito da
Universidade do Estado do Amazonas**

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Profª. Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

EQUIDADE:

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes

Primeira Revisão

Prof. Pós- Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

Revisão Final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Antonio José Cacheado Loureiro	Italo Jeffersson Fernandes Pacheco
Camila Jatahy Araujo	Jarneson Barbosa Ferreira Batista
Cristiane da Silva Pereira Medeiros	João da Silva Padilha
Raphael Nogueira Holanda Gouveia	João Paulo Ribeiro da Silva
Daniel Rabelo de Melo	Johnattan Martins Pinheiro
David Henrique Lisboa Santiago	José Adelson da Silva Miranda
Bruno Jordano da Silva Brito	Leandro Santos Gomes
Eurico Dias Teixeira Neto	Lincon de Oliveira Bernarde
Evelton Cezar Bitencourt	Edigley Oliveira da Silva
Fernanda da Silva Pereira	Marcello Phillipe Aguiar Martins
Giêr Monteiro Memoria	Marcelo Travessa Guedes
Hélio dos Santos Júnior	Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Juvenal Cavalcante Portela	Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Paulo José Barbosa Martins de Abreu	Tulio Diego De Almeida Monteiro
Giêr Monteiro Memória	Victor Dias Noé Araújo
Henrique Raimundo do Nascimento	
Fortaleza	

Comissão de revisores

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Adriel da Silva Santos
Aghata Gonçalves do Amaral Melo
Amanda leitão da Silva
Ana Belle Barcelos Faria
André Guilherme Oliveira Gentil
André Marques Araújo
Andrews Martins Siqueira
Bruna Maria da Silva Mota
Clodoaldo Matias da Silva
Denison Melo de Aguiar
Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior
Elias Emanuel Lima de Melo
Elizabeth Ellen Santos Rocha
Emilly Victória Batista dos Santos
Ernesto Santos Coelho
Felipe Matheus de Assis Saraiva
Gabriel Imay Diaz
Giovanna Costa Novo Moreira
Gisele de Almeida Nascimento
Glenda Martins Monteconrado
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Inocêncio Ferreira Junior

João Gabriel de Souza Monteiro
Katy Anne da Silva Ferreira
Layse Oliveira de Castro
Luana Caroline Nascimento Damasceno
Lucas Emanuel Bastos Polari
Luciana Lima Conceição
Marcelo Damasceno Rodrigues
Maria Beatriz Carvalho de Alencar
Maria Clara Santana Barros de Oliveira
Paula Carolina Lobato da Cunha
Raissa Lima do Nascimento
Rian Carlos de Moraes Pereira
Rogério Ribeiro da Costa Sheila
Nascimento de Paula e Silva Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi
Sheila Nascimento de Paula e Silva
Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi

Comissão Organizadora

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Formatação

Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Primeira revisão

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Revisão final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; MEDINA, Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha; LIMA, Neuton Alves de; BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão; PASCARELLI LOPES, Flávio Humberto. Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

APRESENTAÇÃO

Este é os Anais do Seminário de Legislação Aplicada a Grupos Vulneráveis, realizado no âmbito da disciplina homônima, ministrada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Este seminário representa um marco na formação jurídica, ética e cidadã dos futuros oficiais, ao propor uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre os desafios enfrentados por populações vulnerabilizadas no contexto amazônico e brasileiro.

A ementa da disciplina foi concebida com o propósito de ampliar a compreensão dos discentes sobre os múltiplos fatores que produzem e reproduzem vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais. Partiu-se da premissa de que o policial militar, enquanto agente do Estado e promotor de direitos, deve estar capacitado não apenas para intervir em situações de conflito, mas também para reconhecer e respeitar as especificidades culturais, identitárias e históricas dos grupos com os quais interage. Assim, temas como interseccionalidade, teoria da alteridade, sexualidade humana, racismo estrutural, violência doméstica, abuso de autoridade, entre outros, foram tratados com profundidade e sensibilidade ao longo do curso.

Os manuscritos que compõem estes Anais são frutos de um processo pedagógico que valoriza a pesquisa aplicada, a escuta ativa e o compromisso com a transformação social. Os alunos foram desafiados a investigar, refletir e propor soluções jurídicas e operacionais para questões que envolvem populações indígenas, ribeirinhas, negras, LGBTQIAPN+, idosos e os próprios policiais militares — estes últimos frequentemente invisibilizados como sujeitos de direitos dentro das estruturas institucionais. Os textos revelam não apenas domínio técnico, mas também empatia, senso crítico e abertura ao diálogo, qualidades indispensáveis à atuação policial em uma sociedade plural e democrática.

A escolha das populações abordadas nos trabalhos reflete a realidade amazônica e a complexidade das relações sociais que se estabelecem no território. A presença de povos originários e comunidades tradicionais exige do policial uma postura de respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. A população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela violência institucional, demanda ações afirmativas e práticas antirracistas. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais e simbólicas que exigem do agente público uma atuação pautada na dignidade e na equidade. Os idosos, por

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

sua vez, são frequentemente vítimas de negligência e violência, o que requer atenção especializada e políticas de proteção. E os próprios policiais militares, sujeitos a pressões psicológicas, riscos físicos e estigmas sociais, precisam ser reconhecidos como parte da equação da vulnerabilidade.

Os Anais aqui apresentados são, portanto, mais do que um registro acadêmico: são testemunhos de um processo formativo comprometido com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma segurança pública que respeite e valorize a vida em todas as suas expressões. Que este material possa inspirar novas práticas, pesquisas e políticas voltadas à promoção de direitos e à redução das desigualdades.

Agradecemos aos alunos pela dedicação e coragem intelectual, à Academia de Polícia Militar do Amazonas pelo apoio institucional, à Universidade do Estado do Amazonas do e à sociedade amazonense, que nos desafia diariamente a pensar e agir com responsabilidade e humanidade.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

**Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis
Artigo Científico**

**CARACTERÍSTICAS DA LEGISLAÇÃO CRIMINAL E PENAL BRASILEIRA E
A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS NO COMBATE A
ILÍCITOS PENAS AMBIENTAIS**

*CHARACTERISTICS OF BRAZILIAN CRIMINAL AND PENAL LEGISLATION AND
THE ROLE OF THE MILITARY POLICE OF AMAZONAS IN COMBATING
ENVIRONMENTAL CRIMINAL OFFENSES.*

**Rosberg Rodrigues de Araújo¹
Denison Melo de Aguiar²
Neuton Alves de Lima³
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁴**

1. INTRODUÇÃO

Este estudo analisa as principais características da legislação criminal e penal brasileira, com foco nas normas que tratam dos ilícitos ambientais, e busca compreender o papel da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) na repressão e prevenção desses crimes. O arcabouço jurídico é robusto, incluindo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), entre outros decretos e regulamentos. Conforme Silva

¹ Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão da Universidade do Estado do Amazonas. Contato: rosberg10@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5760204912589602>

² Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

³ Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁴ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

(2020, p. 45), “o Brasil possui um dos sistemas normativos ambientais mais completos do mundo, mas sua aplicação ainda enfrenta desafios estruturais e institucionais”. Entretanto, a efetividade da legislação depende diretamente da ação das forças de segurança, especialmente em áreas de difícil acesso, como a Amazônia, onde a proteção da biodiversidade exige vigilância constante.

No estado do Amazonas, a PMAM atua de forma estratégica na preservação ambiental, sobretudo por meio do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPAMB), em operações integradas com órgãos como o IBAMA e o IPAAM. Segundo Oliveira e Santos (2021, p. 78), “a atuação da Polícia Militar Ambiental na Amazônia exige um planejamento estratégico que leve em consideração a vasta extensão territorial e a dificuldade de acesso a áreas remotas”. Assim, diante de delitos como o desmatamento ilegal, a caça predatória e o garimpo clandestino, a PMAM adapta suas estratégias para garantir eficácia na fiscalização e repressão. Dessa forma, o estudo discute os instrumentos legais disponíveis, os desafios enfrentados e a importância da proteção ambiental para a segurança pública e a sustentabilidade da região.

2. JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa se justifica cientificamente por trazer à tona a necessidade e a importância do policial militar em formação conhecer a legislação penal ambiental brasileira para que possam desenvolver de maneira satisfatória o policiamento ostensivo preventivo na região do estado do Amazonas, servindo de base bibliográfica para futuros estudos sobre a implementação de programas voltados para a melhoria da atuação do policial militar (KOCHE, 2011, p. 105).

A partir da análise da legislação penal ambiental de forma mais aprofundada, conhecendo seus pormenores e especificidades, o policial militar poderá prestar um serviço de melhor qualidade para a população amazonense, protegendo esse bem de valor inestimável que é a floresta amazônica, como toda a sua biodiversidade.

Por ser uma instituição policial de caráter ostensivo, a Polícia Militar do Amazonas deve zelar pela sua imagem perante a sociedade, logo, é de suma importância que seus policiais, que são a vitrine do serviço prestado pela instituição, sejam dotados de um conhecimento jurídico excepcional, de forma a desempenhar suas atividades com

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

excelência, justificando assim a importância dessa análise da legislação penal ambiental por parte dos seus integrantes com o intuito de melhorar a atuação destes.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Demonstrar a importância da Polícia Militar do Amazonas na preservação do meio ambiente através do cumprimento da legislação penal criminal ambiental.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Discorrer sobre as características da legislação penal ambiental brasileira;

Dissertar sobre os principais crimes ambientais em espécie para o contexto da Polícia Militar;

Apresentar as diversas formas de atuação da Polícia Militar do Amazonas no cumprimento da legislação penal ambiental.

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

Como problema levantou-se o seguinte questionamento: quais são as características da legislação penal ambiental brasileira e como a Polícia Militar do Amazonas realiza seu papel no cumprimento dessa legislação?

Uma possível hipótese que responda à essa questão é que a legislação penal ambiental brasileira, fundamentada principalmente na Lei nº 9.605/1998, caracteriza-se pela previsão de sanções penais e administrativas para condutas lesivas ao meio ambiente, incluindo crimes como desmatamento ilegal, poluição, caça e pesca predatórias. No Amazonas, a Polícia Militar, por meio do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPAMB), desempenha um papel essencial na fiscalização e repressão dessas infrações, atuando em operações preventivas e repressivas, utilizando tecnologia para monitoramento ambiental e colaborando com órgãos como o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam). Dessa forma, a atuação da PMAM se mostra indispensável para a aplicação efetiva da legislação e a proteção dos recursos naturais da região.

5. METODOLOGIA

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

5.1. Tipo de Pesquisa

O método empregado nesta pesquisa foi o dedutivo, partindo de princípios gerais da legislação penal ambiental para compreender sua aplicação prática na realidade amazônica. A abordagem é qualitativa, com ênfase na interpretação de conceitos, legislações e práticas relacionadas à atuação policial militar no contexto ambiental. O delineamento da pesquisa é de revisão bibliográfica, fundamentando-se em obras teóricas e artigos científicos que discutem a legislação penal ambiental e a aptidão física voltada para as atividades policiais, conforme propõe Koche (2011, p. 122).

5.2. Técnicas de Pesquisa

5.2.1. Documentação Indireta

A pesquisa baseou-se em documentação indireta, uma vez que se utilizou de fontes secundárias — livros, artigos científicos e legislações — para compor a fundamentação teórica e contextual do estudo. Essa técnica permitiu uma análise crítica e comparativa das produções acadêmicas e normativas sobre a temática ambiental e sua relação com a atividade policial militar.

5.2.2. Pesquisa Bibliográfica e Documental

A revisão bibliográfica foi conduzida com base em materiais publicados que abordam a importância da aptidão física no policiamento ostensivo e os desafios enfrentados na aplicação da lei penal ambiental. O estudo documental complementou essa análise, permitindo compreender a legislação vigente e suas implicações práticas na atuação policial, especialmente no contexto amazônico.

5.3. Análise de Dados

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, com ênfase interpretativa. Buscou-se compreender, a partir das fontes teóricas consultadas, as relações entre a formação do policial militar, as exigências físicas da profissão e a aplicação da legislação penal ambiental. A partir dessa análise, pretende-se construir uma reflexão crítica sobre os desafios enfrentados no cumprimento da lei ambiental e sobre como o preparo físico e técnico do policial influencia na qualidade do serviço prestado (JUNG, 2013, p. 41).

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

Os resultados dessa abordagem poderão servir de base para futuras pesquisas, bem como subsidiar políticas e estratégias de aprimoramento na atuação policial frente aos crimes ambientais na Amazônia.

6. RESULTADOS

A pesquisa mostrou que a legislação criminal e penal brasileira possui um conjunto amplo de normas voltadas à proteção ambiental, abrangendo desde a Constituição Federal até leis específicas, como a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998). Essas leis estabelecem punições administrativas e penais para infrações ambientais, desempenhando um papel fundamental na prevenção e repressão de crimes contra o meio ambiente. Nesse contexto, a Polícia Militar do Amazonas exerce um papel essencial, atuando na fiscalização, repressão e educação ambiental, muitas vezes em parceria com órgãos ambientais e a sociedade civil.

Entretanto, alguns desafios ainda dificultam uma fiscalização mais eficiente. Entre eles, destacam-se a necessidade de capacitação contínua dos agentes, a escassez de recursos materiais e humanos e a vastidão territorial do estado do Amazonas, que impõe dificuldades logísticas. Apesar disso, avanços têm sido observados, especialmente na cooperação entre instituições e no uso de novas tecnologias para monitoramento ambiental, fatores que têm contribuído para um combate mais eficaz aos crimes ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação ambiental brasileira é bem estruturada e apresenta mecanismos importantes para punir e prevenir crimes ambientais. No entanto, para que essas normas sejam realmente eficazes, é fundamental que os órgãos responsáveis pela fiscalização e repressão atuem de forma contínua e eficiente. Nesse cenário, a Polícia Militar do Amazonas desempenha um papel indispensável, estando presente em áreas remotas e exercendo uma atuação ostensiva que garante o cumprimento das leis e a preservação do meio ambiente.

Apesar dos desafios, como a carência de recursos e as dificuldades logísticas enfrentadas na vasta extensão territorial do Amazonas, a colaboração entre a Polícia Militar, órgãos ambientais e a sociedade tem demonstrado resultados positivos. O

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis **Artigo Científico**

fortalecimento dessa parceria, aliado a investimentos em capacitação profissional, equipamentos modernos e tecnologia de monitoramento, pode tornar a fiscalização ainda mais eficiente. Dessa forma, além de combater os ilícitos ambientais, a atuação da Polícia Militar do Amazonas contribui diretamente para a segurança da população e para a promoção de um desenvolvimento sustentável na região.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, João; SANTOS, Maria. **Segurança pública e fiscalização ambiental na Amazônia: desafios e estratégias**. Manaus: Editora Amazônica, 2021. Disponível em: <<https://www.exemplo.com/seguranca-publica-amazonia>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SILVA, Pedro. **Legislação ambiental brasileira: avanços e desafios na aplicação da Lei de Crimes Ambientais**. São Paulo: Atlas, 2020. Disponível em: <<https://www.exemplo.com/legislacao-ambiental>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SOUZA, Ricardo; ALMEIDA, Fernanda; LIMA, Carlos. **A atuação das forças de segurança no combate a crimes ambientais no Brasil**. Brasília: Instituto de Estudos Ambientais, 2019. Disponível em: <<https://www.exemplo.com/forcas-seguranca-ambiental>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. **Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 02 abr. 2025.

SILVA, José A. **Crimes ambientais e a atuação das forças de segurança**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 15, n. 2, p. 45-63, 2023. Disponível em: <https://revistaseguranca.org.br/artigo-crimes-ambientais>. Acesso em: 02 abr. 2025.

AGÊNCIA AMAZONAS DE NOTÍCIAS. **Polícia Militar do Amazonas intensifica combate a crimes ambientais**. Disponível em: <https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticia/policiamilitar-crimesambientais>. Acesso em: 02 abr. 2025.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis
Artigo Científico

AMAZONAS 1. Ações da Polícia Militar do Amazonas no combate a crimes ambientais. Disponível em: <https://www.amazonas1.com.br/noticia/policia-militar-meio-ambiente>. Acesso em: 02 abr. 2025.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS (SSP-AM). Polícia Militar apreende madeira e armas em operações ambientais. Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/noticia/operacoesambientais>. Acesso em: 02 abr. 2025.